

# Informe de Previdência Social



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Abril de 2001 • Volume 13 • Número 04

Artigo



## Previdência Social no 1º Trimestre de 2001

### Saldo Previdenciário

O déficit da previdência do mês de março de 2001 foi de R\$ 800,6 milhões, resultado de uma arrecadação de R\$ 4,65 bilhões frente a um gasto com benefícios da ordem de R\$ 5,45 bilhões, como pode ser visto na tabela 1, o que representa aumento de 52,6% em relação a fevereiro de 2001 e de 68,2% em relação a março de 2000 – ver tabela 1. O déficit do primeiro trimestre de 2001 alcançou R\$ 1,97 bilhão, o que corresponde a um crescimento de 5,2% em relação ao mesmo período de 2000. O aumento do déficit é resultado de certa frustração em relação às expectativas de receita do mês de março e de um aumento da despesa com benefícios em razão do grande número de concessões ocorridas neste mês.

O aumento no número de concessões ocorrido no mês de março foi um dos responsáveis pelo aumento do déficit verificado no último mês.

TABELA 1  
Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Déficit Previdenciário  
Mar/00, Fev/01 e Mar/01 - Valores em R\$ milhões de mar/01 - INPC

	mar/00 ( A )	fev/01 ( B )	mar/01 ( C )	Var. % ( C / B )	Var. % ( C / A )	Acum. Jan. a Mar/00	Acum. Jan. a Mar/01	Var. %
<b>1. Arrecadação Líquida</b>	<b>4.605,2</b>	<b>4.802,7</b>	<b>4.647,4</b>	<b>(3,2)</b>	<b>0,9</b>	<b>13.151,1</b>	<b>14.114,6</b>	<b>7,3</b>
Arrecadação Bancária (1)	4.138,7	4.521,8	4.329,0	(4,3)	4,6	12.183,1	13.134,2	7,8
SIMPLES	150,2	164,9	162,2	(1,6)	8,0	485,5	560,6	15,5
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	7,9	38,3	39,1	2,1	394,2	8,3	118,7	1.334,3
Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	-	1,2	0,8	(35,3)	-	8,4	3,7	(56,4)
Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	3,9	13,4	8,7	(35,1)	120,8	9,5	24,0	151,8
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	32,9	17,5	22,6	29,3	(31,2)	32,9	71,6	117,3
Quitação de Dívidas (6)	-	-	-	-	-	44,4	-	(100,0)
Depósitos Judiciais (7)	271,5	45,6	85,1	86,6	(68,7)	378,9	201,9	(46,7)
<b>2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>5.081,3</b>	<b>5.327,2</b>	<b>5.448,1</b>	<b>2,3</b>	<b>7,2</b>	<b>15.025,2</b>	<b>16.086,5</b>	<b>7,1</b>
<b>3. Saldo Previdenciário (1-2)</b>	<b>(476,1)</b>	<b>(524,6)</b>	<b>(800,6)</b>	<b>52,6</b>	<b>68,2</b>	<b>(1.874,2)</b>	<b>(1.971,9)</b>	<b>5,2</b>

Fonte: INSS

Elaboração: SPS/MPAS

(1) Deduzida a transferência a terceiros e as restituições de arrecadação. Esta rubrica contém a contribuição sobre folha de salários.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Recebimentos em decorrência de contrato de assunção, confissão e compensação de créditos. Quitação de dívidas de: jan/00 - Fundação IBGE.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).



Fatores sazonais, como o menor número de dias úteis em fevereiro e os feriados bancários da semana do carnaval, provocaram queda na arrecadação do mês de março.

A arrecadação no mês de março reduziu-se em 3,2% em relação a fevereiro e aumentou 0,9% em relação a março de 2000. No acumulado do trimestre, a arrecadação aumentou 7,3% em relação ao primeiro trimestre de 2000, resultado explicado fundamentalmente pelo desempenho nos meses de janeiro e fevereiro.

A queda da arrecadação no mês de março pode ser explicada, em primeiro lugar, porque parte da receita de março foi apropriada no fluxo de caixa de fevereiro. Como as empresas realizam parte das contribuições no último dia do mês e os bancos repassam estes recursos para a Previdência no primeiro dia do mês seguinte, em geral, ocorre uma defasagem entre os critérios de caixa e competência dos recolhimentos. Em fevereiro, devido aos feriados bancários da semana de carnaval, várias empresas optaram por efetuar os recolhimentos antes do último dia, fazendo com que cerca de R\$ 80 milhões não ingressassem no caixa da Previdência em março.

Em segundo lugar, o menor número de dias úteis do mês de fevereiro, que diminui a remuneração variável (horas extras, adicional noturno e outros) e a remuneração paga por serviços de terceiros (autônomos e cooperativas), também influenciou negativamente a arrecadação.

Estes fatores sazonais afetaram a arrecadação bancária que em março foi 4,3% menor que no mês anterior, o que comprometeu o resultado geral da arrecadação do mês.

A arrecadação do SIMPLES apresentou decréscimo de 1,6% em relação à arrecadação do mês anterior. Entretanto, a arrecadação acumulada no primeiro trimestre, R\$ 560,6 milhões, apresenta um crescimento de 15,5% em relação ao mesmo período de 2000. Resultado que reflete o ritmo de crescimento da economia. O setor industrial, conforme dados do IBGE, apresentou no 1º bimestre de 2001 crescimento de 6,5% da produção em relação ao ano anterior.

Importante ressaltar o desempenho das medidas implementadas para recuperação de créditos, que tem contribuído para diminuir o déficit da previdência (gráfico 1). No primeiro trimestre de 1999 estas medidas contribuíram para que a arrecadação não fosse bem menor quando comparada com a do mesmo período em 1998; em 2000, foram responsáveis por quase 70% do valor arrecadado a mais que em 1999; e em 2001 reponderam por quase metade do que foi arrecadado a mais que em 2000.

**EXPEDIENTE:** Ministro da Previdência e Assistência Social: Roberto Lúcio Rocha Brant • Secretário Executivo: José Cechin • Secretário de Previdência Social: Vinícius Carvalho Pinheiro • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: Geraldo Almir Arruda • Coordenadora-Geral de Estudos Previdenciários: Leila Giandoni Ollaik • Corpo Técnico: Aline Diniz Amaral, Andréa Barreto de Paiva, Wagner Primo Figueiredo Júnior • Distribuição: Vera Lúcia Viana .

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPAS. Também disponível na internet no endereço: [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br)

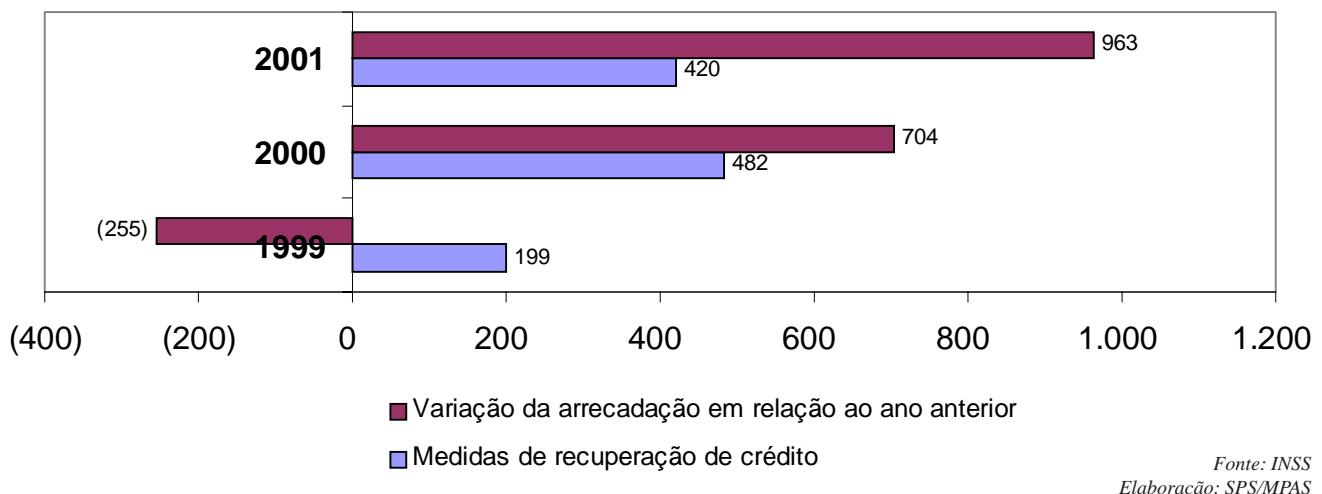
É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

**CORRESPONDÊNCIA:** Ministério da Previdência e Assistência Social • Secretaria de Previdência Social  
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70059-900 - Brasília-DF  
Tel. (0XX61) 317-5011. Fax (0XX61) 317-5408 • e-mail: [cgeps.sps@df.previdenciasocial.gov.br](mailto:cgeps.sps@df.previdenciasocial.gov.br)



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Gráfico 1**  
**Medidas de Recuperação de Crédito X Variação da Arrecadação**  
**1º Trimestre (valores de mar/01 - INPC)**



Os recursos provenientes do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS alcançaram o valor de R\$ 39,1 milhões, o que representa 2,1% a mais que o valor arrecadado em fevereiro.

Em março, a recuperação de créditos junto aos hospitais, através do repasse do Fundo Nacional de Saúde - FNS, resultou em R\$ 0,8 milhão, que representou um decréscimo de 35,3% com relação à receita de fevereiro. No trimestre apresentou decréscimo de 56,4% em relação ao ano anterior, este resultado é consequência da opção das empresas de saúde pelo parcelamento no âmbito do REFIS.

Foram resgatados junto ao Tesouro Nacional R\$ 8,7 milhões de Certificados da Dívida Pública – CDPs, o que representa 35,1% menos do que o valor resgatado no mês de fevereiro. Este tipo de receita depende do resultado de leilões, apresentando resultados muito variáveis. Em relação ao primeiro trimestre de 2001 os valores resgatados em 2001 apresentaram crescimento de 151,8%.

As receitas de repasse do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES atingiram o valor de R\$ 22,6 milhões, cerca de 29,3% maior que a receita do mês anterior. Provavelmente, este desempenho está vinculado ao início de novo ano letivo, com início de novos financiamentos. No primeiro de trimestre de 2001 esta receita foi de R\$ 71,6 milhões, cerca de 117,3% maior que no ano anterior, em razão da ampliação do programa de financiamento.

O ingresso em março de depósitos judiciais foi de R\$ 85,1 milhões, representando um crescimento de 86,6% em relação ao mês anterior. No trimestre, entretanto, apresentou um decréscimo de 46,7% em relação ao ano anterior. Este tipo de receita apresenta resultados muito diferenciados a cada mês, por sua própria natureza.

Os recursos provenientes de repasse do FIES juntamente com as demais medidas implementadas para recuperação de créditos têm contribuído para diminuir o déficit da Previdência.



# *Despesas*

Do lado da despesa, no mês de março o gasto com benefícios previdenciários atingiu R\$ 5,45 bilhões, 2,3% superior ao mês de fevereiro e 7,2% superior ao mesmo mês de março do ano de 2000. No resultado acumulado do trimestre, houve um acréscimo de 7,1 % em relação ao acumulado nos mesmos três meses do ano anterior.

O aumento da despesa com benefícios pode, em parte, ser explicado pelo aumento na concessão de benefícios (tabela 2). Em março foram concedidos 307,1 mil novos benefícios, que adicionaram à despesa total cerca de R\$ 212,8 milhões. O crescimento do número de benefícios em março indica que foram concedidos benefícios que se encontravam represados, provavelmente em função das férias dos servidores (janeiro e fevereiro). No pagamento dos benefícios represados, são honrados também os valores dos meses atrasados desde a data de entrada com o pedido dos benefícios, o que aumenta a despesa total.

**TABELA 2**  
**Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos**  
**pela Previdência Social - Mar/00, Fev/01 e Mar/01**

	Mar/00 (A)	Fev/01 (B)	Mar/01 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Acum. Jan. a Mar/00	Acum. Jan. a Mar/01	Var. %
<b>TOTAL</b>	<b>233.941</b>	<b>212.752</b>	<b>307.121</b>	<b>44,4</b>	<b>31,3</b>	<b>650.044</b>	<b>745.438</b>	<b>14,7</b>
<b>PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>202.108</b>	<b>187.615</b>	<b>270.774</b>	<b>44,3</b>	<b>34,0</b>	<b>555.423</b>	<b>657.695</b>	<b>18,4</b>
Aposentadorias	53.941	41.340	58.617	41,8	8,7	155.006	145.258	(6,3)
Idade	31.621	24.174	34.163	41,3	8,0	90.530	84.549	(6,6)
Invalidez	11.576	10.169	13.994	37,6	20,9	36.795	35.891	(2,5)
Tempo de Contribuição	10.744	6.997	10.460	49,5	(2,6)	27.681	24.818	(10,3)
Pensão por Morte	22.961	20.121	26.925	33,8	17,3	73.033	70.982	(2,8)
Auxílio-Doença	62.432	59.324	88.484	49,2	41,7	180.036	204.588	13,6
Salário-Maternidade	62.441	66.554	96.356	44,8	54,3	146.303	235.876	61,2
Outros	333	276	392	42,0	17,7	1.045	991	(5,2)
<b>ACIDENTÁRIOS</b>	<b>13.650</b>	<b>12.063</b>	<b>17.579</b>	<b>45,7</b>	<b>28,8</b>	<b>42.855</b>	<b>41.837</b>	<b>(2,4)</b>
<b>ASSISTENCIAIS</b>	<b>18.183</b>	<b>13.074</b>	<b>18.768</b>	<b>43,6</b>	<b>3,2</b>	<b>51.766</b>	<b>45.906</b>	<b>(11,3)</b>

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social  
Elaboração: SPS/MPAS

Considerando o fluxo total de benefícios no trimestre (tabela 3), foram concedidos 745.438 novos benefícios. Este número é 14,7% superior ao observado no mesmo trimestre do ano anterior, conforme pode ser visto na tabela 3. O que significa cerca de 95 mil benefícios concedidos a mais. Este crescimento ocorreu, unicamente, em razão da concessão de auxílio-doença previdenciário e de salário-maternidade.

TABELA 3

**Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos  
pela Previdência Social 1997-2001 - (Acumulado Janeiro a Março)**

	Acumulado Janeiro a março					Variação entre os períodos (%)			
	1997	1998	1999	2000	2001	98/97	99/98	00/99	01/00
<b>TOTAL</b>	<b>512.927</b>	<b>485.510</b>	<b>538.045</b>	<b>650.044</b>	<b>745.438</b>	(5,35)	10,82	20,82	14,68
<b>PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>343.819</b>	<b>371.900</b>	<b>402.325</b>	<b>409.120</b>	<b>421.819</b>	8,17	8,18	1,69	3,10
Aposentadorias	150.278	179.635	175.576	155.006	145.258	19,54	(2,26)	(11,72)	(6,29)
Idade	53.350	67.711	89.070	90.530	84.549	26,92	31,54	1,64	(6,61)
Invalidez	23.846	26.928	44.887	36.795	35.891	12,92	66,69	(18,03)	(2,46)
Tempo de Contribuição	73.082	84.996	41.619	27.681	24.818	16,30	(51,03)	(33,49)	(10,34)
Pensão por Morte	64.590	55.816	68.591	73.033	70.982	(13,58)	22,89	6,48	(2,81)
Auxílio-Doença	127.999	135.691	157.197	180.036	204.588	6,01	15,85	14,53	13,64
Outros	952	758	961	1.045	991	(20,38)	26,78	8,74	(5,17)
<b>SALÁRIO-MATERNIDADE</b>	<b>23.443</b>	<b>29.469</b>	<b>42.457</b>	<b>146.303</b>	<b>235.876</b>	<b>25,70</b>	<b>44,07</b>	<b>244,59</b>	<b>61,22</b>
<b>ACIDENTÁRIOS</b>	<b>42.478</b>	<b>39.393</b>	<b>40.377</b>	<b>42.855</b>	<b>41.837</b>	(7,26)	2,50	6,14	(2,38)
<b>ASSISTENCIAIS</b>	<b>103.187</b>	<b>44.748</b>	<b>52.886</b>	<b>51.766</b>	<b>45.906</b>	(56,63)	18,19	(2,12)	(11,32)

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social

Elaboração: SPS/MPAS

O aumento na concessão de salário-maternidade é explicado pela modificação legislativa realizada em novembro de 1999, que estendeu o direito ao salário maternidade também a todas as contribuintes individuais e a concessão passou a ser realizada somente pelo INSS, e não mais pago diretamente pelas empresas. Já o aumento expressivo da concessão de auxílios-doença, verificado a partir de 1999, ocorre sem respaldo em quaisquer mudanças legislativas ou administrativas neste período.

A concessão de aposentadorias, em seu conjunto, diminuiu 6,3% no acumulado do trimestre, sendo a maior queda no número de aposentadorias por tempo de contribuição – ATC (10,3%) seguida pela por idade (6,6%). Os principais motivos para a queda na concessão de aposentadorias continuam sendo a implementação da Reforma Constitucional da Previdência, que restringiu principalmente as aposentadorias precoces concedidas a segurados com menos de 50 anos de idade, o que fez com que a sua concessão diminuisse após 1998; e a aplicação da mudança na regra de cálculo do benefício, com a aplicação do fator previdenciário.

A concessão de benefícios assistenciais apresentou em 2001 taxa negativa de crescimento de 11,3% em relação ao primeiro trimestre de 2000. A diminuição no número de benefícios assistenciais concedidos pode estar indicando que a grande maioria do público alvo deste benefício já foi atingida.

Este movimento das concessões reflete-se no estoque de benefícios pagos. Na comparação entre primeiros trimestres dos últimos cinco anos (tabela 4) constata-se que a taxa de crescimento dos benefícios pagos (emitidos) está caindo. Esta passou de um patamar de 5,9% entre 1998/1997 para 3,4% no período 2001/2000. Dentre estes benefícios, o maior aumento é o no estoque do salário-maternidade que cresceu cerca 49,7% na comparação 2001/2000, devido às causas já listadas.

As aposentadorias, por serem vitalícias, têm um tempo de permanência no sistema previdenciário muito superior aos benefícios de caráter temporário. Assim, seu estoque responde com um maior lapso de tempo aos efeitos de queda na concessão. Mesmo diante de quedas no número mensal de concessões, as aposentadorias por invalidez e por tempo de contribuição apresentam um número crescente nas emissões dos últimos quatro anos, apesar do crescimento apresentar ritmo menos acelerado. Entram menos benefícios novos no sistema, mas estes são em número superior às cessações ocorridas para estas espécies no mesmo período.

A Reforma Previdenciária restringiu a concessão de aposentadorias precoces e introduziu o fator previdenciário no cálculo do benefício, provocando queda na concessão de aposentadorias.



TABELA 4

**Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos  
pela Previdência Social 1997-2001 - (Acumulado Janeiro a Março)**

	Acumulado Janeiro a março					Variação entre os períodos (%)			
	1997	1998	1999	2000	2001	98/97	99/98	00/99	01/00
<b>TOTAL</b>	<b>49.897.422</b>	<b>52.844.484</b>	<b>54.791.160</b>	<b>56.977.777</b>	<b>58.887.063</b>	<b>5,91</b>	<b>3,68</b>	<b>3,99</b>	<b>3,35</b>
<b>PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>43.416.762</b>	<b>45.771.154</b>	<b>47.245.873</b>	<b>48.896.227</b>	<b>50.354.867</b>	<b>5,42</b>	<b>3,22</b>	<b>3,49</b>	<b>2,98</b>
Aposentadorias	28.530.917	30.307.242	31.524.266	32.764.088	33.682.330	6,23	4,02	3,93	2,80
Idade	14.549.485	14.915.710	15.539.115	16.233.228	16.841.456	2,52	4,18	4,47	3,75
Invalidez	6.103.788	6.232.575	6.366.830	6.641.713	6.779.310	2,11	2,15	4,32	2,07
Tempo de Contribuição	7.877.644	9.158.957	9.618.321	9.889.147	10.061.564	16,27	5,02	2,82	1,74
Pensão por Morte	13.243.977	13.904.115	14.209.461	14.717.148	15.175.622	4,98	2,20	3,57	3,12
Auxílio-Doença	1.578.357	1.504.222	1.470.660	1.373.133	1.450.523	(4,70)	(2,23)	(6,63)	5,64
Outros	63.511	55.575	41.486	41.858	46.392	(12,50)	(25,35)	0,90	10,83
<b>SALÁRIO-MATERNIDADE</b>	<b>59.416</b>	<b>77.187</b>	<b>97.791</b>	<b>246.276</b>	<b>368.783</b>	<b>29,91</b>	<b>26,69</b>	<b>151,84</b>	<b>49,74</b>
<b>ACIDENTÁRIOS</b>	<b>1.787.705</b>	<b>1.874.537</b>	<b>1.922.511</b>	<b>1.965.741</b>	<b>2.008.555</b>	<b>4,86</b>	<b>2,56</b>	<b>2,25</b>	<b>2,18</b>
<b>ASSISTENCIAIS</b>	<b>4.633.539</b>	<b>5.121.606</b>	<b>5.524.985</b>	<b>5.869.533</b>	<b>6.154.858</b>	<b>10,53</b>	<b>7,88</b>	<b>6,24</b>	<b>4,86</b>

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social

Elaboração: SPS/MPAS

Apesar do crescimento na quantidade de benefícios emitidos, o ritmo de emissão vem apresentando desaceleração, em razão da queda no número de concessões na análise dos resultados acumulados.

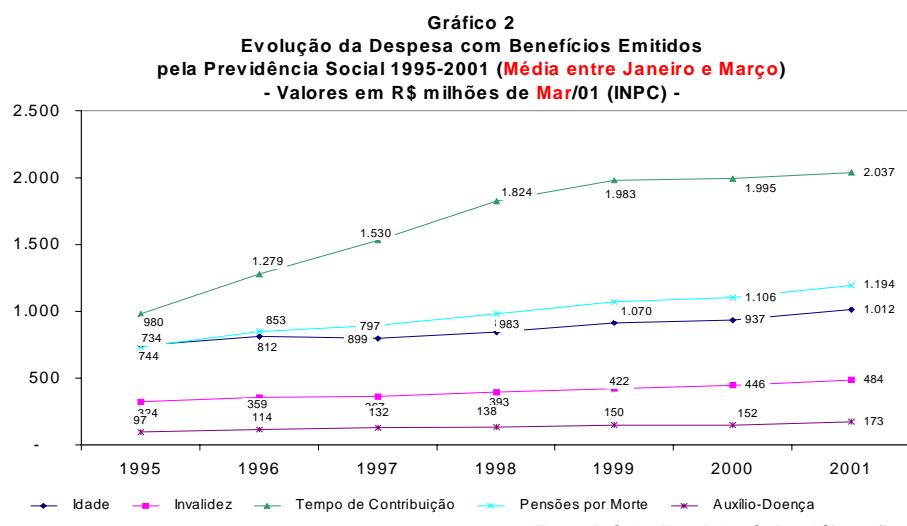
A taxa de crescimento da emissão de aposentadorias por tempo de contribuição caiu de 16,3% no período 1998/1997, para 1,7% entre 2001/2000, como resultado da diminuição das concessões, em razão das alterações legais já comentadas.

Em 2001 a taxa de crescimento das aposentadorias por invalidez emitidas em relação a 2000 foi de 2,1%, bem menor que a de 2000/1999 que foi de 4,3%. Em 2000, o crescimento maior é explicado pela revisão dos auxílios-doença de longa duração que foram convertidos em benefícios permanentes.

Os auxílios-doença teve o seu comportamento influenciado pelo número significativo de concessões, o que levou ao crescimento de 5,6% de 2000 para 2001, revertendo a queda de 6,6% na quantidade de auxílios-doença emitidos entre os anos de 2000/1999, ocorrida em função de processo de revisão destes benefícios.

Os benefícios assistenciais emitidos têm apresentado taxas decrescentes de crescimento, tendo a quantidade de benefícios assistenciais emitidos sido reduzida de 10,5% entre 1998/1997 para 4,9% entre 2001/2000.

A evolução da despesa com benefícios emitidos pode ser analisada na tabela 5 e no gráfico 2.



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social

Elaboração: SPS/MPAS

TABELA 5

**Evolução do Valor de Benefícios Emitidos****pela Previdência Social 1997-2001 - (Acumulado Janeiro a Março) em R\$ milhões de mar/01 - INPC**

	Acumulado Janeiro a março					Variação entre os períodos (%)			
	1997	1998	1999	2000	2001	98/97	99/98	00/99	01/00
<b>TOTAL</b>	<b>12.225</b>	<b>13.739</b>	<b>14.935</b>	<b>15.283</b>	<b>16.271</b>	<b>12,38</b>	<b>8,70</b>	<b>2,33</b>	<b>6,46</b>
<b>PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>11.189</b>	<b>12.565</b>	<b>13.630</b>	<b>13.914</b>	<b>14.710</b>	<b>12,30</b>	<b>8,48</b>	<b>2,08</b>	<b>5,72</b>
Aposentadorias	8.081	9.189	9.960	10.132	10.599	13,71	8,39	1,73	4,61
Idade	2.390	2.538	2.745	2.811	3.037	6,19	8,16	2,40	8,01
Invalidez	1.100	1.179	1.265	1.337	1.453	7,22	7,27	5,72	8,63
Tempo de Contribuição	4.591	5.472	5.950	5.984	6.110	19,19	8,74	0,57	2,11
Pensão por Morte	2.698	2.949	3.211	3.318	3.582	9,29	8,90	3,33	7,95
Auxílio-Doença	396	414	450	455	519	4,66	8,50	1,12	14,08
Outros	14	13	10	9	11	(8,26)	(24,14)	(2,56)	13,01
<b>SALÁRIO-MATERNIDADE</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>38</b>	<b>116</b>	<b>40,82</b>	<b>31,21</b>	<b>172,34</b>	<b>206,96</b>
<b>ACIDENTÁRIOS</b>	<b>384</b>	<b>432</b>	<b>463</b>	<b>473</b>	<b>498</b>	<b>12,31</b>	<b>7,16</b>	<b>2,22</b>	<b>5,26</b>
<b>ASSISTENCIAIS</b>	<b>645</b>	<b>732</b>	<b>828</b>	<b>858</b>	<b>947</b>	<b>13,51</b>	<b>13,16</b>	<b>3,60</b>	<b>10,37</b>

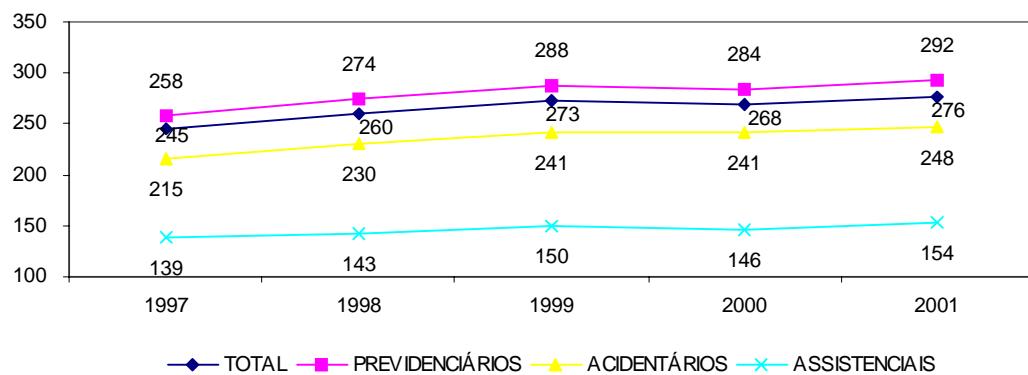
Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social

Elaboração: SPS/MPAS

Novamente o maior destaque em termos de variação são os salários maternidade, os quais cresceram no estoque, na comparação entre os últimos trimestres, 207,0%. Todos os demais benefícios previdenciários, à exceção do item “outros”, apresentaram pequenas variações positivas, sendo a maior variação referente aos gastos com auxílio-doença – elevação de 14,1%. Conforme se constata no gráfico 2, os benefícios mais importantes em termos de valor apresentaram um nível de crescimento baixo, a partir de 1999.

Deve ser ressaltado que o ritmo menor de crescimento nos gastos com benefícios não comprometeu o nível de rendimento dos segurados. Pelo contrário pode-se observar ganhos reais nos valores médios para todos os tipos de benefícios emitidos (gráfico 3).

**Gráfico 3**  
**Valor Médio dos Benefícios emitidos**  
**média 1º trimestre (em R\$ de mar/01 - INPC)**

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social  
Elaboração: SPS/MPAS

**Estudo encomendado  
pela Secretaria de  
Previdência Social com  
financiamento do  
Banco Mundial e apoio  
do PNUD apresenta  
diagnóstico das  
máquinas causadoras  
de acidentes de  
trabalho no Brasil.**

Dando atenção especial à análise dos benefícios acidentários, constata-se que a emissão destes benefícios também apresentou taxas decrescentes de crescimento, de 4,9% entre 1998/1997 para 2,2% entre 2001/2000.

No entanto, os números ainda são alarmantes. No primeiro trimestre de 2001 foram emitidos mensalmente cerca de 670 mil benefícios acidentários, o que corresponde a uma despesa acumulada de R\$ 498 milhões no trimestre.

O custo com acidentes de trabalho para a Previdência, como consequência dos pagamentos dos benefícios acidentários, chegou a R\$ 2 bilhões em 1999, quando ocorreram no país 378.365 registros de acidentes, com 3.605 mortes. Somando estes gastos com despesas de saúde, reabilitação profissional e horas paradas nas empresas pode se dizer que os acidentes de trabalho custam ao governo e às empresas cerca de R\$ 20 bilhões por ano. Os principais setores da economia responsáveis por acidentes de trabalho são: construção civil, transporte e armazenagem e comércio varejista. Segundo o professor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, doutor René Mendes, autor de um estudo sobre “Máquinário Obsoleto e Inseguro Gerador de Acidentes do Trabalho Graves e Incapacitantes” (ver box 1), encomendado pela Secretaria de Previdência Social, cerca de 25% de todos os acidentes graves e mutilantes são causados por máquinas

#### **Box 1**

**Principais Equipamentos responsáveis por acidentes de trabalho mais graves, que resultam em mutilações e mortes.**

- Prensas Mecânicas
- Prensas Hidráulicas
- Máquinas Cilindros de Massa
- Máquina de Trabalhar Madeiras: Serras Circulares
- Máquinas de Trabalhar Madeiras: Tupias e Desempenadeiras
- Máquinas Guilhotinas para Chapas Metálicas
- Máquinas Guilhotinas para Papel
- Impressora Off-Set a Folha
- Injetoras de Plástico
- Cilindros Misturadores para Borracha
- Calandras para Borracha
- Motosserras
- Máquinas de Decorticar e Desfibrar o Sisal

*Fonte: René Mendes/UFMG*

A despesa com benefícios acidentários representou, no 1º trimestre de 2001, 3,1% do total das despesas com benefícios. No que se refere à quantidade, os benefícios acidentários responderam por 3,4% dos benefícios emitidos.



**Tabela 1**  
**Fluxo de Caixa - 2001 (R\$ mil correntes)**

Hora de Receita e Despesa	jun	dez	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Acum. 2001
<b>1. SALDO INICIAL</b>	1.372.246	1.697.218	1.517.015	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.372.246
<b>2. RECEBIMENTOS</b>	<b>6.895.117</b>	<b>6.017.332</b>											<b>18.956.775</b>
2.1. ARRECADAÇÃO	5.233.965	5.102.874	5.000.184										15.336.324
- Arrecadação Bancária	4.867.082	4.845.553	4.702.370										14.414.205
- SIMPLES (1)	231.265	164.099	162.195										557.659
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	40.960	36.086	39.068										118.004
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	1.098	1.165	770										3.653
- Certificação da Dívida Pública - CDP (4)	1.093	13.304	8.875										23.873
- Fundo de Início de Estudo Superior - FIES (5)	31.008	17.434	22.647										71.189
- Crédito-Fundo de Dívidas (6)													
- Depósitos Judiciais (7)													
- Restituição de arrendamento													
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	(1.786)	45.391	85.168										
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	10.320	12.710	14.119										37.946
2.4. ANTICIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (6)	(473.873)	(984.183)	(627.986)										(1.600.042)
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	2.111.637	1.532.249	1.527.664										5.172.150
- Recursos Ordinários	17.255	20.377	96.208										133.836
- Saldos de Exercícios Anteriores	271.371	4.927	-										276.298
- Operações de Crédito Externo													
- OCFINS	1.326.119	885.174	850.13										3.054.406
- OCFINSLAS	190.802	188.723	191.000										571.525
- OCFINSDesv. Imp. e Contrib. - EPU	60.021	72.861	62.000										194.883
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros		7	-										7
Desfisco de Impostos e Contribuições													
- Contrib. Social sobre Lucro													
- Contrib. Provisão e/ou Mov. Financeira - CPMF	11.074	15.181	19.542										45.797
256.000	365.100	300.000											900.000
<b>3. PAGAMENTOS</b>	<b>6.580.445</b>	<b>6.324.129</b>	<b>6.372.321</b>										<b>19.166.865</b>
3.1. PAGAMENTOS INSS	5.946.330	5.910.971	6.019.699										17.876.270
3.1.1. BENEFÍCIOS	5.504.774	5.652.286	5.689.735										16.761.796
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS (8)	5.260.031	5.301.731	5.448.051										16.003.873
- Benefício Previdenciário													
- Descrição de Benefícios	5.324.977	5.329.672	5.479.054										
(64.947)	(27.881)	(31.604)											(124.380)
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	244.144	286.495	247.284										751.922
3.1.2.1. EPU T. N.	56.775	71.707	54.077										182.559
3.1.2. PESSOAL (9)	187.363	185.788	193.207										569.463
3.1.3. CUSTEIO (10)	263.893	197.876	192.074										653.643
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)	178.862	150.809	132.160										461.531
61.315	32.839	32.157	36.215										128.925
4. ARRENDAMENTO LÍQUIDO (21 - 12)	4.619.150	4.778.717	4.647.131										14.046.899
5. SALDO ARREC. LIQ. BENEF. (4 - 3.1.1)	(640.840)	(622.074)	(600.120)										(1.963.775)
6. SALDO ARREC. LIQ. BENEF. (4 - 3.1.1)	(884.620)	(782.569)	(1.047.904)										(2.715.897)
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	324.373	(180.203)	(344.889)										(120.119)
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) (10)	1.687.218	1.517.015	1.162.126										1.687.218

Fonte: CEF/INSS.

Elaboração: CGEP/SEPS.

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

Obs2. Os valores da arrecadação de REFIS são estimados e sujetos a revisão.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida para a União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administradas pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-0/00), regulamentado pelo Decreto nº 3.342/2000.

(3) Dívida dos hospitais, juro à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Débitos recebidos em decorrência de contrato de assunção, confissão e compensação de créditos.

(7) Retenção de parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência [Lei nº 9.709/98].

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamentos a cargo da Previdência Social.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, imóveis e pensionistas do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recebidos pelo INSS através da reunião das seguintes Orgãos: INCA, DPC/FDEP, Marinho, SDR/MARIA, SENAT, SESC, SENAC, SESI, SENAT, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.



**Tabela 2**  
**Fluxo de Caixa - Fevereiro de 2001 (R\$ mil de mar/01 - INPC)**

Itens de Receita e Despesa	Valores em R\$ mil de março de 2001 (INPC)					
	mar/00	fev/01	mar/01	Var. III/II	Acum. Jan. a Mar./00	
I	II	III	Em %	V	Em %	
<b>1. SALDO INICIAL</b>	945.786	1.705.365	1.517.015	(11,0)	60.4	697.775
<b>2. RECEBIMENTOS</b>	<b>5.905.109</b>	<b>6.082.985</b>	<b>6.017.432</b>	<b>(1,1)</b>	<b>1,9</b>	<b>18.113.581</b>
- Arecadação Bancária	4.884.338	5.127.368	5.000.184	(2,5)	2,4	14.285.178
- Arecadação MP	4.130.356	4.866.802	4.702.970	(3,4)	6,2	13.152.822
- SIMPLES <sup>(1)</sup>	156.173	164.887	162.195	(1,6)	8,0	485.466
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS <sup>(2)</sup>	7.906	38.269	39.068	2,1	-	8.275
- Fundo Nacional da Saúde - FNS <sup>(3)</sup>	-	1.191	770	(35,3)	#DIV/0!	8.431
- Certificados da Dívida Pública - CDP <sup>(4)</sup>	3.929	13.368	8.675	(35,1)	9,514	3.676
- Fundo do Incentivo ao Ensino Superior - FIES <sup>(5)</sup>	32.940	17.518	22.647	29,3	-	32.940
- Quitação das Dívidas <sup>(6)</sup>	-	-	-	-	44.412	-
- Déficits Judiciais <sup>(7)</sup>	271.498	45.609	95.106	86,6	(6,7)	378.166
- Restituições de Arecadação	(11.844)	(20.275)	(21.247)	4,8	79,4	(28.608)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	3.245	3.291	3.052	(7,3)	(6,0)	10.194
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	14.992	12.771	14.319	12,1	(4,5)	59.945
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) <sup>(8)</sup>	(556.098)	(601.054)	(527.986)	(12,2)	47,4	2.228
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.360.231	1.540.609	1.527.864	(0,9)	12,3	3.705.999
- Recursos Ordinários	140.198	20.474	96.208	369,9	(31,7)	166.799
- Saldo de Exercícios Anteriores	-	4.951	-	(100,0)	-	278.960
- Operações de Crédito Exterior	-	-	-	-	-	-
- COFINS/LOS	-	-	-	-	-	-
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	-	-	-	-	-	-
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-	-	-	-	-	-
- Desv. de Impostos e Contribuições	-	-	-	-	-	-
- Contrib. Social sobre Lucro	-	-	-	-	-	-
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF	584.503	366.752	19.542	28,1	-	-
<b>3. PAGAMENTOS</b>	<b>5.879.489</b>	<b>6.264.052</b>	<b>6.372.321</b>	<b>(18,2)</b>	<b>(48,7)</b>	<b>1.757.383</b>
3.1.1. PAGAMENTOS INSS	5.595.822	5.939.344	6.019.559	1,4	7,5	16.733.958
3.1.1.1. BENEFÍCIOS	5.500.218	5.988.985	5.655.335	1,9	7,5	15.678.936
- Benefícios Provisórios <sup>(9)</sup>	5.081.284	5.327.240	5.448.051	2,3	7,2	15.025.244
- Benefícios Provisionados	5.693.141	5.355.255	5.479.604	2,3	7,6	15.121.328
- Devolução de Benefícios	(11.857)	(28.015)	(31.553)	12,6	166,1	(95.784)
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIARIOS	219.934	261.745	247.284	(5,5)	12,9	633.632
3.1.2.1. EPIS/N.	61.673	72.051	54.077	(24,9)	(12,3)	167.531
3.1.2.2. LOAS	157.262	189.694	193.207	1,9	22,9	486.161
3.1.2. PESSOAL <sup>(10)</sup>	95.109	198.826	192.074	(3,4)	(1,6)	633.720
3.1.3. CUSTEIO <sup>(11)</sup>	104.496	154.533	132.160	(12,8)	26,5	436.991
3.2. TRANSFEREÇÕES <sup>(12)</sup>	270.667	34.2.708	352.753	8,6	26,1	1.104.090
<b>4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.3)</b>	<b>4.805.171</b>	<b>4.802.660</b>	<b>4.647.431</b>	<b>(3,2)</b>	<b>0,9</b>	<b>13.151.088</b>
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1)	(676.113)	(524.580)	(800.620)	52,6	68,2	(1.874.156)
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(695.047)	(786.325)	(1.047.904)	33,3	50,8	(2.727.455)
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	25.720	(181.088)	(354.889)	96,0	(1.479,8)	(207.824)
<b>8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3)<sup>(13)</sup></b>	<b>971.506</b>	<b>1.524.297</b>	<b>1.182.126</b>	<b>(23,8)</b>	<b>19,6</b>	<b>971.506</b>

Fonte: CGE/INSS.

Elaboração: CGE/SPS.

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

Obs2. Os valores da arrecadação de REFS são estimados e sujeitos a revisão.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida para União.

(2) Arecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administradas pela SRF e pelo INSS (atual MP n° 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto n° 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência, recompensada de acordo com o desempenho das instituições, que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.099/95).

(6) Recibimento de parcela de crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência.

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamentos a cargo da Previdência Social.

(10) Rámenos pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do INSS.

(11) Rámenos as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP, Patronal, DATAREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados para seguras Órgãos: INRA, DPC/DEPD - Martínia, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

**Tabela 3**  
**Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios**  
(R\$ milhões de mar/01 - INPC)

Período	Arrecadação Bruta (1) (A)	Transferências a Terceiros (B)	Arrecadação Líquida (2) (3) (4) (5) (C = (A - B))	Benefícios Previdenciários (D)	Valores em R\$ milhões de março/01 - INPC	
					Relação %	Saldo
					E=(D/C)	F= (C - D)
<b>Valores referentes ao acumulado até o mês de março do ano correspondente, a preços de mar/01 (INPC)</b>						
1990	8.346	479	7.867	4.438	56	3.429
1991	9.470	635	8.835	5.612	64	3.223
1992	9.280	558	8.722	5.696	65	3.026
1993	10.124	679	9.445	8.200	87	1.245
1994	8.585	683	7.902	7.386	93	516
1995	11.759	1.030	10.729	9.906	92	822
1996	12.188	1.000	11.188	11.621	104	(432)
1997	13.450	987	12.463	12.468	100	(5)
1998	13.428	727	12.702	13.940	110	(1.238)
1999	13.421	973	12.447	14.730	118	(2.282)
2000	14.255	1.104	13.151	15.025	114	(1.874)
2001	15.412	1.297	14.115	16.086	114	(1.972)
mar/99	4.474	294	4.180	4.872	117	(692)
abr/99	4.589	288	4.301	4.870	113	(569)
mai/99	4.506	295	4.211	4.904	116	(693)
jun/99	4.602	290	4.312	4.968	115	(656)
jul/99	4.657	307	4.349	5.141	118	(791)
ago/99	4.606	263	4.343	5.102	117	(759)
set/99	4.600	296	4.305	5.085	118	(781)
out/99	4.586	338	4.249	5.144	121	(895)
nov/99	4.562	318	4.244	5.561	131	(1.317)
dez/99	7.942	293	7.648	9.302	122	(1.653)
jan/00	4.708	507	4.201	4.974	118	(773)
fev/00	4.662	317	4.345	4.970	114	(625)
mar/00	4.885	280	4.605	5.081	110	(476)
abr/00	4.727	300	4.427	5.108	115	(681)
mai/00	4.978	333	4.645	5.307	114	(662)
jun/00	4.994	313	4.681	5.356	114	(675)
jul/00	5.072	322	4.749	5.432	114	(682)
ago/00	5.139	327	4.811	5.429	113	(618)
set/00	4.982	357	4.625	5.482	119	(857)
out/00	4.958	346	4.612	5.546	120	(934)
nov/00	4.955	333	4.622	6.021	130	(1.400)
dez/00	8.136	331	7.804	9.885	127	(2.081)
jan/01	5.284	620	4.664	5.311	114	(647)
fev/01	5.127	325	4.803	5.327	111	(525)
mar/01	5.000	353	4.647	5.448	117	(801)

Fonte: CGF/INSS;

Elaboração: CGEP/SPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

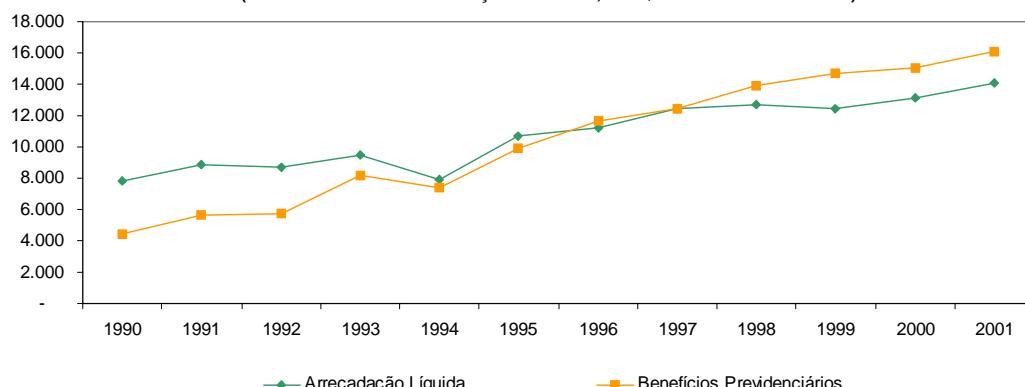
(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

(2) Para os anos de 1990 a 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

**Arrecadação Líquida x Despesa com Benefícios**  
(acumulados até o mês de março de cada ano, em R\$ milhões de mar/01 - INPC)





REMETENTE: Secretaria de Previdência Social  
Esplanada dos Ministérios  
Bloco "F", 7º andar, sala 750  
Tels.: (0XX61) 317-5011  
Fax: (0XX61) 317-5408  
e-mail: cgeps.sps@df.previdenciasocial.gov.br  
70 059-900 – Brasília-DF

DESTINATÁRIO



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

**IMPRESSO**